

**OLIVEIRA, Fernando. *A Arte da Guerra do Mar*.
Lisboa: Edições 70, 2008.**

*Thiago Rodrigo da Silva**

A Marinha de Portugal e a editora lusitana Edições 70, no final de 2008, conjuntamente reeditaram o tratado naval *A arte da Guerra do Mar*. Escrito pelo padre Fernando Oliveira, o livro apresenta uma singular reflexão a respeito das guerras na época das Grandes Navegações. Em especial, ao expor questões de amplitude tática e estratégica sobre os combates navais. A presente edição foi prefaciada pelo Almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro. Trata-se da mais antiga publicação naval impressa em língua portuguesa. Com a autorização do Tribunal do Santo Ofício foi exposta ao público no ano de 1555, em Coimbra, no reinado absoluto de Dom João III. Nela, temos uma visão particular acerca da guerra como fenômeno, no período em que o Estado português se esmerava em formar um Império Marítimo.

Gramático, autor náutico e sacerdote, Fernando Oliveira foi um dos personagens da história do Portugal da primeira metade dos quinhentos. Pode ser considerado um homem renascentista. Nasceu no ano de 1507. Aos doze anos ingressou no convento dos Irmãos Pregadores e foi muito influenciado pelo carisma dominicano: pregação da fé e atividade intelectual. Porém, não teve uma existência com a tranqüilidade de orador nos púlpitos das igrejas. A sua biografia é o retrato de um homem irrequieto e aventureiro. Aos vinte anos se expatria em Castela e abandona a Ordem Dominicana. Por volta dos trinta trabalhou como capelão e piloto, embarcando em naus que lutavam na Europa, nas disputas perenes entre franceses e ingleses no Mar do Norte. Feito prisioneiro por bretões, sua erudição o tornou conselheiro de Henrique VIII.

* Mestrando em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) / Brasil.

Retornando a Portugal, tornou-se um humanista autor de livros pioneiros como uma *Gramática da Língua Portuguesa*, *A Arte da Guerra do Mar*, *O livro da Fábrica das Naus*, *Arts Náutica*, além de uma *História de Portugal*. Devido a sua atividade intelectual, foi encarcerado nos grilhões do Tribunal do Santo Ofício. Sua prisão foi o resultado de ter publicamente defendido a Reforma Anglicana. O que era considerado atitude de grande heresia aos costumes religiosos do reino cristão luso. Podemos vislumbrar um momento de auge na trajetória de Fernando Oliveira. Durante o reinado de D. Sebastião obteve o cargo de “Capelão D’el Rey”. Porém este auge foi fugaz. A morte do monarca em Alcácer Quibir, o governo do Cardeal D. Henrique e o domínio de Felipe II motivaram o último livro de Fernando Oliveira: *A História de Portugal*. Neste fez uma narrativa histórica, imbuída do espírito das grandes navegações, que visava defender a soberania do Estado português. A data de sua morte é imprecisa. Provavelmente faleceu em 1582. Esta imprecisão é explicada devido a sua oposição a União Ibérica. Este parágrafo é um diminuto resumo de fatos, uma pequena enumeração entre as várias aventuras de um lusitano que viveu o século de descobertas geográficas e desenvolvimento humanístico.

A particularidade de *A Arte da Guerra do Mar* é expressa por este sacerdote se opor à escravidão e à imposição da fé cristã. Fato que o torna um autor singular no Orbe Cristão Europeu. Nações Modernas, como Portugal, França e Espanha, estavam sendo protagonistas de uma ocidentalização do mundo, que teve como uma das características a violência. Porém, Fernando Oliveira pregava uma convivência pacífica dos portugueses com os gentios que estavam dispostos a com eles comerciar. Também se opôs às violentas conversões, como de judeus e muçulmanos. Para Oliveira, a fé cristã deveria ser propagada com os pregadores e não imposta pela força das espadas e arcabuzes. A base teológica para justificar seu pensamento era o ideal agostiniano de guerra justa. A ação legitimadora das ações bélicas serem baseadas em princípios teológicos é uma marca indelével que o cristianismo católico fazia parte da vida da população e dos homens de Estado no Portugal dos quinhentos. A vida do Estado e da Igreja não pertencia a esferas separadas do poder. O Padroado Régio e a ação de leigos determinavam um modo português de viver o Catolicismo Romano. No ano em que o livro foi publicado, 1555, ainda não eram presentes determinações do Concílio de Trento. Assim, devemos relacionar o

catolicismo português do século XVI em um espírito das Guerras de Reconquista que a Contra-Reforma irá aprofundar.

Em sua organização textual, o livro *A Arte da Guerra do Mar* foi escrito em duas partes compostas por quinze capítulos. Antes, temos a introdução, na qual a obra é oferecida ao navegante Álvaro Nunes. Nela também é presente uma justificativa teológica para um sacerdote escrever sobre a guerra. A primeira parte, intitulada *Intenção e apercebimento da guerra do mar*, pode ser dividida em três grandes núcleos temáticos. Do primeiro ao quinto capítulo, questões morais que justificam a guerra. São eles: *Que é necessário fazer guerra; De quem pode fazer a guerra; Que é necessário guerra no mar; Qual é guerra justa; e Da tenção e modo de guerra*. Do sexto ao décimo-primeiro, a logística é tratada nos temas: *Do ofício de almirante; Das taracenas e seus provimentos; Da madeira para as naus; De quando se cortará a madeira; Dos armazéns e seus provimentos; Das victualhas*. Do décimo-segundo ao décimo-quinto, foram abordados temas relativos ao efetivo e as respectivas funções da escala hierárquica: *Dos homens do mar; Dos capitães do mar e seu poder; De como devem ser escolhidos, e assentados os soldados; Do exercício dos soldados*.

Na segunda parte, intitulada *Das Frotas armadas, das batalhas marítimas e seus ardis*, observamos também uma presença de três núcleos, somado a dois capítulos singulares. Do primeiro ao terceiro capítulo, temos uma apresentação das embarcações, dos efetivos e dos mantimentos a bordo: *Dos navios para as armadas; Do número de gente para os navios; Da esquipação dos mantimentos, munições e enxerças*. Do quanto ao oitavo, condições de navegação: *Do tempo de navegar as armadas, e a mudança dos tempos; Dos sinais das tempestades e variações dos temporais; Dos ventos e suas regiões, e nomes; De alguns avisos necessários para navegar; Das marés, correntes e aguagens do mar*. O texto adota uma característica militar-naval nos capítulos nove ao treze no qual são apresentados ardis e o estudo de um caso de batalha. *De como as armadas farão vela; Da batalha no mar / e alguns ardis necessários nelas; Do lugar para pelejar; De como se perderam os navios que foram com El rei de Belez; Das ordenanças da guerra do mar*; Por fim, os dois últimos capítulos apresentam singularidades. O capítulo catorze busca regularidades nos combates: *D'algumas regras gerais da guerra* e o quinze,

obviamente, *Da conclusão da obra*.

Desse modo, o presente livro é uma fonte singular sobre os questionamentos que as navegações e a guerra provocaram nos quinhentos. Período de enorme desenvolvimento tecnológico, no qual a artilharia e as caravelas provocaram profundas alterações no campo bélico e no poder dos Estados. A artilharia e as armas de fogo de curto alcance possibilitaram capacidade militar para os nascentes países conquistarem o monopólio do uso da violência no território determinado por suas fronteiras. A pólvora, uma revolução no campo militar, propiciou maior poder de fogo aos conquistadores do novo mundo, que com seus arcabuzes, espingardas e columbrinas, dizimaram os índios, armados com seus arcos e suas flechas. No campo naval, a utilização do canhão foi concomitante à criação de caravelas. O desenvolvimento do conhecimento náutico em Portugal foi intensificado com a presença do Infante Dom Henrique. A principal inovação tecnológica foi a “vela latina”, que possibilitou a navegação atlântica, não realizável com as galeras, principais embarcações mediterrâneas.

O desenvolvimento da técnica naval teve no Padre Oliveira uma testemunha ocular e protagonista. Além de sacerdote, trabalhou como piloto de naus. No mar, possuía a função de comandante efetivo da embarcação, pois o capitão, em geral fidalgo, pouco precisava entender de marinharia. Também publicou um dos pioneiros tratados de construção naval, a *Arts Náutica*. Em *A arte da Guerra do Mar*, aconselha a construção de embarcações. Assim como os mantimentos a serem utilizados, no qual se destacava o biscoito. Também versou sobre as tripulações, as diferentes funções dos homens embarcados e a quantidade de embarcados em cada nave. Como nota interessante, se opõe a construção e utilização das caravelas do descobrimento. Afirmava que as mesmas não eram embarcações confiáveis para a navegação regular.

As naus, caravelas e galeões eram construídos nas Taracenas (estaleiros régios). Em geral, sob responsabilidade dos almirantes. Estes também possuíam a obrigação de recrutar os marujos e os capacitar para as lides do mar. Outra figura chave tratada é a do capitão mor. Este deveria ser respeitado em alto mar como o rei. Incluindo nas atribuições a seu cargo punir insubordinações até com a pena capital. Tais referências à importância da hierarquia podem ser explicadas pela influência do livro *A Arte Militar*, do escritor romano Flávio

Renato Vegécio. Em vários temas no tocante aos aspectos táticos, os pensamentos do escritor romano são apresentados como argumento de autoridade. Em especial, a idéia do monopólio estatal da coerção física, questão em que também utiliza a legitimidade de Santo Agostinho.

Manter o monopólio da violência nas mãos do Estado vinculado à figura do Rei e, desta forma, disciplinar os homens responsáveis por desempenhar esta violência, legitimada segundo o pensamento agostiniano, foi uma das preocupações principais de Fernando Oliveira. Lembrava também que a execução do combate deveria seguir as normas agostinianas da guerra como “a vexação dos maus e a defesa dos bons”. Neste sentido, normas disciplinares aos soldados recrutados ao combate se fariam presentes. Dever-se-ia excluir das fileiras toda a sorte de “maus homens”. Pois, da guerra sairia uma geração de nobres a serviço do rei. Na Sociedade do Antigo Regime, a carreira das armas foi uma das poucas portas abertas à nobreza e fidalguia da corte. O Exército e a Armada possuíam como características hierárquicas praças mercenárias e oficiais com títulos nobiliárquicos dos reinos europeus. Alguns destes títulos de nobreza foram conquistados nos campos de batalha. Em Portugal e nos seus domínios, o recrutamento militar fazia parte do cotidiano da população. Aos recrutas, indica que deveriam ter dezessete anos, bom porte físico e boa moral.

Em outro aspecto, o livro *A Arte da Guerra do Mar* pode ser considerado uma fonte singular sobre a percepção que o autor demonstra em relação aos conhecimentos geográficos. O mesmo cita instrumentos úteis a navegação, como o astrolábio, mapas e bússola. Questiona a geografia de Ptolomeu, que afirmava não existir vida nos trópicos. Também fala sobre o regime de ventos e marés. Sobre a ação do ar, cita a importância da rosa-dos-ventos. Ao contemplar o fluxo das marés, o compara com o corpo humano ao respirar ofegante. Em relação aos diferentes climas, também mostrou sua percepção a respeito das diferenças dos Trópicos com a Europa. Em suma, os aspectos oceanográficos foram contemplados por Fernando Oliveira. Logicamente, com os procedimentos que a ciência da época possuía enquanto ferramenta de análise. A preocupação com as condições de navegação podem ser compreendidas na importância do mar para a riqueza do reino.

As ações bélico-navais possuíam valor funcional para a economia. A pirataria praticada no Atlântico Norte pelos muçulmanos berberies foi um

problema grave para o Estado Patrimonialista Luso. Uma das motivações para a guerra era o combate à pilhagem de mercadorias dos comerciantes portugueses realizadas por corsários. Este dado pode ser compreendido em um duplo aspecto, o financeiro e o religioso. Do ponto de vista mercadológico, as especiarias trazidas da Ásia eram contrabandeadas. As naus abarrotadas de pimenta singravam os oceanos até as Índias e nas proximidades do porto de regresso eram saqueadas. Neste ínterim, além das questões econômicas, temos a presença de uma disputa marcial e religiosa no Atlântico Norte e Mediterrâneo do século XVI. Viviam os cristãos em constante guerra justa contra os maometanos.

A priori, o cristianismo considera a guerra algo nefasto. As ações marciais, portanto, somente são legítimas se as mesmas formarem uma medida reparadora. O conceito de “Guerra Justa” foi apropriado por Fernando Oliveira da Teologia de Santo Agostinho. Ações de violência formam para o cristianismo um pecado, pois transgride o quinto mandamento da lei de Deus: não matarás. O discurso sobre a guerra justa surgiu quando o cristianismo foi acusado pela queda do Império Romano. Acusação esta refutada por Santo Agostinho durante o século IV. O declínio desse Império teve, na visão agostiniana, uma origem no declínio moral de Roma. Agostinho tem para o cristianismo uma incomensurável importância. Ao lado de São Bento, foi o formulador das mais antigas regras monacais. Para o pensamento patrístico agostiniano a guerra e a execução de violência é uma ação que pode ser legítima quando cumpre um mandato divino. A escolástica de Santo Tomás de Aquino mantém o discurso de que as disputas bélicas podem ser justas. Com isto, se manteve pela Baixa Idade Média e início da Idade Moderna a utilização diplomática da idéia agostiniana de guerra justa no direito canônico internacional. Em especial, ao ser o Vaticano o local de arbítrio das disputas diplomáticas dos nascentes Estados Modernos.

A apropriação do discurso agostiniano de guerra justa por parte de Fernando Oliveira é realizada com uma postura crítica. A ela impõe severas limitações. Em tempo, durante os séculos XV ao XVIII, os comerciantes lusitanos se utilizaram do pressuposto de guerra justa contra os indígenas na América e aos negros da África, com o objetivo de escravizá-los. Para o autor de *A Arte da Guerra do Mar* é manifesta tirania e atitude hipócrita tal legitimação religiosa. Acusa os portugueses de serem os inventores do comércio de seres

humanos, como quem vende animais nos mercados públicos. Também a guerra ao infiel muçulmano e ao judeu que desejam manter a paz com os cristãos, não deveria existir e os mesmos deveriam ser respeitados. Segundo Oliveira, a única guerra justa era contra a pirataria, pois os corsários muçulmanos eram problema para a segurança da navegação nos mares. A conclusão do tratado naval é um brado à luta contra os piratas turcos. Perigo marítimo para os ocidentais que iria ser minimizado após a Batalha Naval de Lepanto, em 1571.

Notamos neste importante livro que as características da guerra e do choque entre civilizações, são preocupações perenes nas reflexões dos estrategistas militares. Apesar de escrito há mais de cinco séculos, algumas questões tratadas, ainda estão na ordem do dia. Em especial o choque civilizacional entre judeus, muçulmanos e a sociedade cristã ocidental. Também do ponto de vista acadêmico, algumas questões abordadas por Fernando Oliveira hoje são pauta dos debates: a expansão europeia no mundo, o escravismo e suas conseqüências nas sociedades contemporâneas. Ao “correr os olhos” sobre *A Arte da Guerra do Mar*, notamos profundas semelhanças das navegações ibéricas com o atual processo de “globalização”. Todavia, uma diferença reluz como um farol: a presença da teologia nos discursos legitimadores das ações marciais por parte do ocidente cristão. O que fazia do belicismo uma preocupação dos teólogos do século XVI.

Colaboração recebida em 27/07/2009 e aprovada em 29/09/2009.